



A ECONOMIA CRIATIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

JOÃO MARCOS BORGES AVELAR

Mestre em Administração
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
jmavelar@yahoo.com.br

MARCOS JUNIO FERREIRA DE JESUS

Doutor em Administração
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
marcos_junio@hotmail.com

KELLY CRISTINA ROMANHUK

Graduanda em Administração
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
kellyromanhuk@hotmail.com

ANDRIELI ARIANE BORGES AVELAR HALATENO

Bacharel em Administração
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
andri-avelar@hotmail.com

ADALBERTO DIAS DE SOUZA

Mestre e Doutor em Administração; Doutor em Geografia
Docente do curso de Administração da Unespar Campo Mourão
ad.unespar@gmail.com

RESUMO- Este artigo analisa os conceitos teóricos da Economia Solidária (ES) e da Economia Criativa (EC), associando-os às atividades dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná. O objetivo do trabalho é identificar quais dos conceitos analisados podem melhor contribuir para o fortalecimento das ações realizadas pelos APLs. Os resultados do trabalho indicam que as diretrizes da Economia Criativa estão presentes nas ações desenvolvidas pelos APLs de Software, Instrumentos Médico-Odontológico-Hospitalares e Instrumentos Médico-Odontológicos. Para os demais APLs do Estado do Paraná, as ações desenvolvidas estão mais próximas dos pressupostos teóricos da Economia Solidária. Nos 22 APLs analisados percebe-se que tanto os pressupostos da Economia Solidária como os da Economia Criativa podem conviver de forma harmoniosa. A Economia Solidária conquistou relevância no cenário nacional e internacional nas últimas décadas e tem sido objeto de extensos estudos acadêmicos. A Economia criativa também conquistou grandes espaços nos debates acadêmicos e no processo empresarial, tornando-se um setor dinâmico no mundo dos negócios.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Economia Criativa, Arranjos Produtivos Locais.

ABSTRACT- This article analyzes the theoretical concepts of the Solidarity Economy and the Creative Economy, linking them to the activities of the Local Productive Arrangements (APLs) of Paraná. The objective is to identify which of the analyzed concepts can best contribute to the strengthening of actions taken by APLs.

III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017

Our results indicate that the guidelines of the Creative Economy are present in the actions developed by the Software APLs, Medical Tool Dental-Hospital and Medical-Dental Instruments. For other APLs of Paraná, the developed actions are closer to the theoretical assumptions of the Solidarity Economy. In the 22 APLs analyzed it is clear that both assumptions of Solidarity Economy as the Creative Economy can coexist harmoniously. The Solidarity Economy gained relevance in the national and international scene in recent decades and has been the subject of extensive academic studies. The Creative Economy also won large spaces in academic debates and in the business process, making it a dynamic sector in business.

Keywords: Solidarity Economy, Creative Economy, Local Productive Arrangements.

1. INTRODUÇÃO

Grande parte das aglomerações urbanas do Brasil registram índices de desenvolvimento abaixo do desejado, indicando que os modelos clássicos adotados de organização espacial e de atividades econômicas se revelam incapazes de homogeneizar o processo de desenvolvimento econômico, satisfazer as necessidades dos agentes econômicos e dos cidadãos. Nesse contexto, tanto a Economia Solidária (ES) quanto a Economia Criativa (EC) tem despertado a atenção das comunidades, movimentos sociais, políticos e de gestores públicos como uma forma de potencializar as atividades econômicas de determinadas regiões. Para isso, torna-se necessário valorizar os recursos endógenos existentes em cada região para poder articulá-los visando à melhores resultados sociais e econômicos, o que pode ocorrer por meio do fortalecimento de redes de atores que podem facilitar a concepção e implementação de novas políticas públicas (PROCOPIUCK & FREDER, 2013).

Frente a essa constatação, o objetivo deste texto é analisar de que forma as diretrizes da Economia Solidária e da Economia Criativa podem contribuir para um melhor desempenho da economia local, utilizando como exemplo o caso do Arranjo Produtivo Local (APL). Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas em determinadas localidades que possuem algumas características similares quanto aos aspectos de produção, organização e relações de cooperação. Atualmente, no Paraná existe um número considerável de APLs distribuídos em suas 39 microrregiões.

A Metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica e o texto está estruturado da seguinte forma: uma parte introdutória; outra que se destina ao entendimento dos conceitos e informações sobre a Economia Solidária; e, na segunda parte, serão abordados temas sobre a Economia Criativa, buscando sua conceituação e relevância ao processo de desenvolvimento das regiões. A terceira parte trata da importância dos APLs para o desenvolvimento das economias regionais, indicando os principais APLs do Estado do Paraná e sua relação com os conceitos da Economia Solidária e da Economia Criativa. E por último a conclusão da pesquisa.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de Economia Solidária (ES) ganhou importância no cenário nacional e internacional nas últimas décadas, principalmente em razão das mudanças estruturais na economia global, que fragilizaram o mercado de trabalho e que abriram espaço para o avanço de novas formas de organização do trabalho (CHAVES & PINTO, 2007).

A crise gerada pelas mudanças estruturais da economia global, além de oportunizar espaço para um novo modelo de produção, também oportunizou as mudanças sociais e econômicas necessárias à construção de uma sociedade mais justa por meio da Economia Solidária (ES). Por isso, um dos pilares da Economia Solidária (ES) é incentivar a criação de novas formas de organização social com o intuito de criar oportunidades de geração de trabalho e renda à população excluída, estimulando as experiências coletivas de trabalho sob a forma de cooperativas, associações, redes de cooperação e outras. O conceito de ES está intimamente ligado à ideia de solidariedade, opondo-se ao individualismo competitivo, uma vez que a cooperação é uma forma de integração social na qual as pessoas se organizam coletivamente com o intuito de alcançar objetivos comuns (SINGER, 2003).

A ES se fortalece como nova alternativa para geração de renda e inclusão social de trabalhadores de comunidades pobres. Esta nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. A ES envolve milhares de pessoas num enorme fluxo de produção e troca de bens e serviços, capazes de gerar novas formas de produção e sociabilidade. A ES surge como reação ao processo de exclusão social e à tentativa de amenizar as desigualdades impostas pelo capitalismo (BACELAR, 2006; CHAVES & PINTO, 2007).

Além da dimensão socioeconômica, a ES se reveste de uma forte dimensão sociopolítica. Suas ações recebem apoio de entidades especializadas no apoio administrativo e jurídico aos empreendimentos solidários. São entidades ligadas ao movimento social organizado que contribuem de forma significativa para promover ações solidárias.

Um papel de relevância na consolidação da ES é assumido pelas universidades e institutos de pesquisas por meio das Incubadoras Tecnológicas e de outras ações específicas. Outro importante ator no processo é o poder público, tanto em nível federal, estadual ou municipal. São os gestores públicos que juntamente com os outros segmentos discutem a formulação e consolidação de políticas públicas de Economia Solidária.

No Brasil, no ano de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como a principal articuladora da política da Economia Solidária na esfera governamental. A SENAES é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa entidade é a responsável pela política do setor, desenvolvendo atividades em várias regiões do país.

De acordo com a Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007), a ES possui um vasto leque de atuação. Suas ações abrangem desde grandes empresas e unidades

industriais, agrícolas ou agroindustriais, bem como experiências comunitárias e diferentes grupos de produção.

No Brasil há um grande número de empreendimentos solidários, distribuídos em várias regiões. Sua ação está presente nos municípios brasileiro, sejam estes de grandes, médios e pequenos, demonstrando ser um movimento que está crescendo rapidamente e se espalhando pelo país inteiro. As principais modalidades de empreendimentos econômicos solidários são: Cooperativas e associações populares; empresas recuperadas de autogestão; bancos solidários; fundos solidários e rotativos de crédito; clubes e grupos de trocas solidárias; redes e articulações de comercialização solidárias; amigos, vizinhos e colegas de trabalho que se organizam para fazer compras solidárias e comunidades que usam moeda social.

No ano de 2007 foram identificados no Brasil 21.859 empreendimentos de Economia Solidária. A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associações (51,8%), seguida pelos grupos informais (36,5%), cooperativas (9,7%), sociedades mercantis (1,4%) e outras formas (0,6%). Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego, há uma maior concentração dos empreendimentos econômicos solidários na Região Nordeste, com 43% do total. Os restantes 57% distribuem-se da seguinte maneira: 12% na Região Norte, 18% na Região Sudeste, 10% na Região Centro-Oeste e 17% na Região Sul (BRASIL, 2006, p. 15; SANTOS et al., 2010).

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Paraná existem 808 empreendimentos econômicos solidários, localizados em 143 municípios. A grande maioria dos empreendimentos está nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no município de Londrina. Há também um número expressivo de empreendimentos nos municípios do Sudoeste e do Litoral paranaenses. Na região Norte paranaense destacam-se os municípios de Maringá, Sarandi, Mandaguaçu, Paiçandu e Marialva.

A ES é um dos instrumentos que pode contribuir para o desenvolvimento das regiões e para a organização dos empreendimentos econômicos. Outro instrumento que pode contribuir para tanto, nasce das concepções teóricas da Economia Criativa. Tais conceitos e diretrizes serão abordados no próximo item desta pesquisa.

3. ECONOMIA CRIATIVA

A expressão Economia Criativa surgiu em 2001 e se reporta às atividades que possibilitam os indivíduos exercitarem a sua imaginação e explorarem ao máximo seu próprio potencial criativo e inovador (BEZERRA et al., 2007). A economia criativa procura melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio do crescimento socioeconômico, da cultura e da educação. Para que isso ocorra são necessárias iniciativas inovadoras por parte das pessoas envolvidas nas políticas públicas e nas opções estratégicas de desenvolvimento que considerem as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, mas que também respeitem a identidade cultural das regiões envolvidas.

Apesar da Economia Criativa (EC) visar a melhores empregos, produtos inovadores e crescimento econômico, não há um consenso acerca do conceito da Economia Criativa (EC). Diferente das estratégias convencionais de desenvolvimento, cujo foco é nas potencialidades na produção de commodities, a EC se centra nos bens e serviços com conteúdo criativo, valor cultural, tecnologias e na interface entre economia e cultura (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 58).

Na maioria das economias desenvolvidas, as indústrias criativas ocupam posição estratégica, tendo prioridade em políticas públicas, sendo que as ações governamentais passam a priorizar a realização de análises e de mapeamento das indústrias criativas. O objetivo dessas ações é definir e planejar políticas nacionais para diferentes segmentos (UNCTAD, 2010). A junção de criatividade, cultura e novas tecnologias representam oportunidade estratégica para o desenvolvimento, oportunizando crescentes possibilidades de empregos. Esses fatores aliados à inovação e ao fortalecimento do comércio tendem a contribuir para a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e diversidade cultural.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) publicou estudos indicando que a Economia Criativa se tornou um dos setores mais dinâmicos no mundo dos negócios internacionais. Em 2008, o comércio mundial de bens e serviços criativos alcançou o valor de 592 bilhões de dólares. Assim, a Economia Criativa, surge como projeto de opção real para impulsão econômica de países em desenvolvimento. Porém, para que isso ocorra, são necessárias efetivas políticas públicas, institucionais e econômicas por parte dos países interessados. Tais políticas precisam ser articuladas em níveis micro e macro de diferentes contextos sociopolíticos (UNCTAD, 2010).

Na atualidade, as exportações dos países em desenvolvimento ainda têm um alto grau de dependência em commodities, cuja produção é dependente de bens intensivos em capital.

Uma das maneiras de alterar esse quadro consiste na adoção de políticas públicas de mobilização de capacidades humanas, ativos culturais, tecnológicos e científicos para operar no contexto da economia criativa, reduzindo a dependência de bases industriais intensivas em capital. A Economia Criativa incentiva que cada região ou localidade explore habilidades, conhecimentos tradicionais e heranças culturais para fomentar o setor criativo (UNCTAD, 2008).

O processo de globalização provocou profundas alterações na sociedade e grandes mudanças comportamentais. Essas mudanças provocaram um novo padrão de consumo cultural que modificou a forma de criação, produção, reprodução, distribuição e comercialização dos produtos e serviços criativos e culturais, no âmbito nacional e internacional. Nesse cenário, o talento humano e a criatividade tornaram-se mais importantes do que os fatores de produção tradicionais. Infelizmente, essa prática não é a mesma na maioria dos países em desenvolvimento. Nestes, percebe-se uma falta de atenção ao trabalho de produtores e agentes culturais, que é notada principalmente pela ausência de apoio e de medidas de impulso da economia criativa, como por exemplo, por falta de legislação e regulamentação, apoio institucional, acesso ao crédito e financiamento.

No Brasil, para sanar a lacuna da regulamentação, em 2012 foi criada a Secretaria da Economia Criativa, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Foi uma tentativa de alinhamento com as discussões que vem se desenvolvendo no âmbito de instituições internacionais, como a própria UNCTAD, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Buscou-se com essa medida, colocar a Economia Criativa como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento contemporâneo. Na política pública brasileira, a Economia Criativa é apresentada com base em talentos criativos organizados individual ou coletivamente em setores para produzir bens ou serviços criativos.

3.1. As Indústrias Criativas

As indústrias criativas estão centradas nas artes e na cultura, mas também podem ser entendidas como produtos tangíveis ou serviços intangíveis, desde que possuam conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado, sendo capazes de gerar renda por meio do comércio e dos direitos de propriedade intelectual. As indústrias criativas constituem-se num conjunto de atividades econômicas com base no conhecimento e que fazem uso intensivo da criatividade e do conhecimento. Estão presentes nos subsetores de artesanato tradicional, artes

visuais, literatura, bem como nos subsetores voltados à tecnologia e aos serviços. A UNCTAD classifica as indústrias criativas em quatro categorias: patrimônio cultural, artes, mídia e criações funcionais (UNCTAD, 2010).

As indústrias criativas se tornaram um dos setores mais dinâmicos do comércio mundial, tendo crescimento acima das indústrias manufatureiras. Estudos realizados pela UNCTAD (2008) indicam que, entre 2000 e 2005, os produtos e serviços das indústrias criativas cresceram a uma taxa média anual de 8,7%. Estima-se que essa expansão continuará pelas próximas décadas e que isso possa abrir novas oportunidades para que muitos países em desenvolvimento aumentem a sua participação de mercado no comércio mundial. Cabe ressaltar que atualmente o comércio mundial de produtos e serviços criativos ainda está sob o domínio dos países desenvolvidos.

Há uma grande dificuldade para a definição de padrões para mapeamento de indústrias criativas. Isso ocorre devido à dificuldade de definir que tipos de atividades deveriam configurá-las e pela dinâmica de transformação das atividades decorrentes da inserção de novas tecnologias.

Na perspectiva de desenvolvimento local e regional, há a possibilidade em todo território brasileiro de atrair eventos permanentes em municípios que estão com infraestruturas e equipamentos ociosos ou mesmo potencializar eventos tradicionais com novas interações criativas, mobilizando competências locais e regionais com base em recursos imateriais.

As considerações teóricas sobre a Economia Criativa e sobre a Economia Solidária fizeram-se necessárias para que se possa comparar os dois modelos propostos e identificar qual dos modelos é mais bem indicado para contribuir para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

4. AGLOMERADOS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Uma alternativa para promover ações econômicas relevantes na geração de empregos e renda constitui-se a criação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs surgem como uma alternativa de potencializar a economia de determinadas localidades.

O estudo sobre aglomerações nasceu do trabalho de Marshall (1996), que analisou no final do século XIX os distritos industriais ingleses. Para Porter (1999), as aglomerações são caracterizadas pela concentração geográfica de empresas e pelo relacionamento existente entre essas empresas com fornecedores, prestadores de serviços, instituições públicas e

privadas. Porter considera que embora haja competição entre as empresas de um aglomerado, há também um relacionamento cooperativo, no qual uma empresa pode contribuir para o sucesso da outra. Assim, participação em um aglomerado tende a contribuir para o aumento da produtividade e para atrair novas empresas, proporcionando vantagens no que se refere à percepção de novas possibilidades tecnológicas e nas questões operacionais e de distribuição. Outra característica refere-se às vantagens do aglomerado em incentivar a criação de novas empresas e de novos processos de produção com base na inovação. Segundo a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM), um Arranjo Produtivo Local pode ser entendido como:

Os Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, localizadas em determinado espaço geográfico, que atuam em uma atividade produtiva comum, juntamente com empresas correlatas e complementares. As empresas dos APLs compartilham uma identidade cultural local e possuem vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes locais, tais como o governo, associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa. (SEIM, 2014).

O desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) é uma das estratégias da política industrial de Estado. Essa política industrial elege alguns setores produtivos para receber prioritariamente recursos públicos como forma de alavancar ou redirecionar seu crescimento. Busca-se, portanto, as formações ou concentrações de empresas objetivando gerar sinergias e externalidades econômicas.

Os Arranjos Produtivos Locais necessitam da interação entre os empresários e de um clima de aprendizado coletivo que permita a apropriação de novas tecnologias, inovação e melhorias no processo de comercialização dos produtos ou serviços. Os APLs brasileiros encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento e estão presentes tanto nas grandes como nas médias e pequenas cidades, envolvendo um grande número de pessoas. Portanto, fomentar seus pontos positivos e explorar as oportunidades mercadológicas significa implantar uma política de desenvolvimento baseada na capacidade de iniciativa dos atores locais (SEIM, 2014).

Os APLs são instrumentos que podem contribuir para tornar realidade esse pressuposto. Para efeitos deste estudo foram selecionados 22 APLs do Estado do Paraná. A figura 1 apresenta esses APLs e suas respectivas localidades.

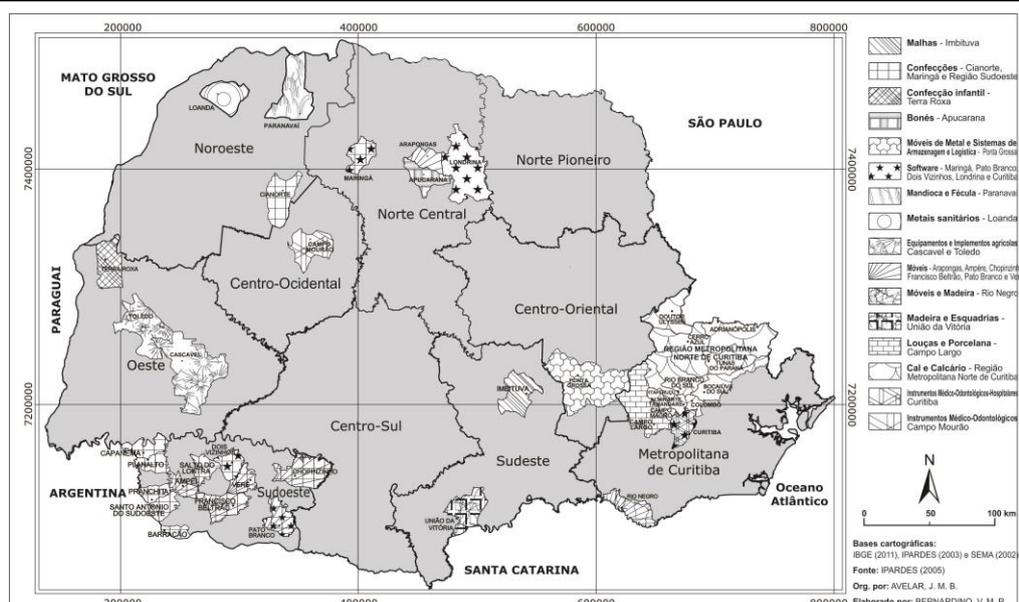


FIGURA 1 – Principais APLs do Estado do Paraná e suas localizações

Fonte: os autores

Cada APL possui características específicas. Conforme o ramo de atividade, existem perfis diferentes dos empresários e formas diferentes de organização e de condução das atividades nas empresas. Em cada APL surgem diferentes fatores relevantes para seu funcionamento, como se pode observar no quadro 1.

QUADRO 1 - APLs selecionados e sua aproximação com os pressupostos da economia criativa e da economia solidária

SETOR DO APL	PRODUTOS/SERVIÇOS	CARACTERÍSTICAS	DIRETRIZES
Mandioca e Fécula	Farinha de mandioca branca e torrada, amido nativo, amido modificado, máquinas e equipamentos específicos para o segmento da mandioca.	Especialização de produto; organização institucional local; forte relação com setor agrícola, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Metais sanitários	Torneiras, duchas higiênicas, kits e acessórios para banheiros, registros e válvulas, acabamentos, boias, ralos e grelhas.	Especialização de produto (torneiras de metal); inter-relações produtivas entre as empresas; baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Confeccões	Calças, bermudas, camisas, saias, jaquetas, vestidos, camisetas, moda infantil, moda masculina, moda íntima e moda bebê.	Especialização de produto; governança local; ambiente propício à cooperação; organização institucional regional/estadual, nível tecnológico relativamente homogêneo, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Software	Consultoria em hardware; desenvolvimento e edição de softwares prontos para uso, desenvolvimento de softwares sob encomenda, consultorias em software, atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico, softwares para áreas diversificadas, com clientes nos setores agrícola, indústria, comércio, serviços e entretenimento, softwares para comércio (atacadista e varejista), indústria, agronegócio, setor público municipal, educação, saúde, automação comercial, supermercados, clínicas médicas e saúde (fonoaudiologia).	Atividade inovadora, transversalidade, importância da produção estadual no país.	EC

SETOR DO APL	PRODUTOS/SERVIÇOS	CARACTERÍSTICAS	DIRETRIZES
Bonés	Bonés, bandanas, bolsas, porta CD's e camisetas.	Governança local, especialização de produto, importância das MPMEs, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários, mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Móveis	Móveis residenciais populares, cozinhas, dormitórios e banheiros, componentes lateral de gaveta, kit de cama, molduras, pias inox, portas e compensados, cômodas, criados, racks, mesas, cadeiras, estantes.	Organização institucional, importância de MPMEs; ambiente propício à cooperação, potencial inovativo e exportador, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Equipamentos e Implementos agrícolas	Afoador de mandioca, resfriador de frango, comedouros, depiladora, descamadeira, disco de embreagem, disco de freios, extrusoras, máquina de limpeza e outros equipamentos, peças e acessórios diversos.	Especialização regional, segmento com potencial inovador, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Madeira e Esquadrias	Molduras, janelas, desdobramento de madeira, chapas laminadas e compensadas.	Produtos com potencial exportador, ações em desenvolvimento, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Louças e Porcelana	Louças de cerâmica, peças artesanais de cerâmica, porcelanas finas.	Especialização de produto, potencial exportador, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Cal e Calcário	Cal virgem e calcário.	Organização institucional local, relevância na produção nacional, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES
Instrumentos Médico-Odontológico-Hospitalares	Fabricantes de aparelhos e instrumentos para uso médico-hospitalar, odontológico e de laboratórios e aparelhos ortopédicos, móveis hospitalares.	Potencial inovativo e exportador, ineditismo de produtos, integração horizontal e aglomeração de MPMEs, alto grau de escolaridade dos colaboradores e empresários.	EC
Instrumentos Médico-Odontológicos	Aparelhos de profilaxia odontológica, equipamentos para laboratórios de análises clínicas, reprocessadora automática de dialisadores, equipamentos de higiene e limpeza, lavadora de instrumentais cirúrgicos.	Potencial inovativo e exportador, ineditismo de produtos, integração horizontal e aglomeração de MPMEs, alto grau de escolaridade dos colaboradores e empresários.	EC
Móveis de Metal e Sistema de Armazenagem e Logística	Móveis de metal e Sistemas de Armazenagem e Logística para movimentação de cargas.	Potencial inovativo; especialização local, conhecimento tácito, produção diferenciada, baixa escolaridade dos colaboradores e dos empresários e mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos.	ES

Fonte IPARDES (2005)

LEGENDA: ES – Economia Solidária EC – Economia Criativa

Na maioria dos APLs existe a necessidade constante do uso de novas tecnologias, do aprimoramento dos processos produtivos e inovação de produtos, porém, alguns setores exigem um grau mais elevado de conhecimento, tecnologia e de mão-de-obra especializada do que outros. Os vinte e dois APLs citados na figura 1 foram relacionados com o conceito da Economia Solidária e o conceito da Economia Criativa. O Quadro 1 indica esses setores e suas respectivas características que os tornam mais próximos de um modelo teórico ou de outro, embora os conceitos possam conviver de forma harmoniosa num mesmo APL.

Nos vinte e dois APLs selecionados, a maioria dos empreendimentos é de micro ou pequenas empresas. Considerando que o tecido empresarial dessas localidades é composto por pequenos empresários, há uma forte tendência à gestão familiar. Embora haja exceções, a maioria desses empreendimentos possui processos de gestão fragilizados que contribuem de

forma negativa para o sucesso dos empreendimentos (IPARDES, 2005). Nesses casos, os pressupostos da Economia Solidária podem contribuir para o melhor desempenho desses APLs, considerando que por meio de ações da Economia Solidária é possível melhorar o processo de organização e fortalecer os laços de cooperação entre as empresas existentes. Também é possível que novos empreendimentos sejam formalizados, por meio de constituição de cooperativas de trabalho ou associações, permitindo que grupos excluídos possam se inserir no arranjo de forma solidária, atendendo aos princípios de ES, tais como, a autogestão, a cooperação e gestão democrática.

Teoricamente, a Economia Solidária estimula a cooperação, a confiança e a solidariedade entre seus parceiros, buscando a melhoria da qualidade de vida e melhores oportunidades e o fortalecimento dos direitos de cidadania. As cooperativas e associações são as formas mais conhecidas dos empreendimentos solidários, pois tendem a contrapor-se aos interesses do grande capital e promovem formas mais justas de trabalho e de distribuição de renda. Contudo, num APL, a integração das micro e pequenas empresas são também formas de promover o desenvolvimento de forma mais justa, sendo ainda, uma das características da ES.

No Paraná, conforme dados do IPARDES (2005), das empresas existentes nos APLs selecionados, 97,24% são micro ou pequenas empresas, o que nos leva a concluir que há um grande espaço para consolidar os pressupostos da ES por meio de redes de cooperação. De acordo com Amato Neto (1998), a formação de redes de cooperação surge como uma alternativa inovadora e estratégica, contribuindo para elevar o poder de competitividade das empresas e dividir riscos e custos, oportunizando assim uma maior transferência de informação e tecnologia.

Essa articulação pode ser um instrumento para que as empresas obtenham um maior controle nas negociações com grandes corporações e com novos mercados consumidores, contribuindo para o desenvolvimento do APL.

Conforme dados do Quadro 01, os APLs de: Mandioca e Fécula; Metais Sanitários; Confecções; Equipamentos e Implementos Agrícolas; Madeiras e Esquadrias; Louças e Porcelanas; Móveis; Bonés e Malhas, são os APLs que apresentam maior proximidade com as ações da Economia Solidária, considerando que nesses locais há uma menor exigência de escolaridade e de conhecimentos técnicos para os seus trabalhadores em relação aos trabalhadores de outros setores. A tecnologia utilizada e os processos produtivos, embora também possam ser aprimorados, são menos exigentes do que em outros setores. Não se nega

a possibilidade desses APLs serem impulsionados pelas diretrizes da Economia Criativa, mas entende-se que esses aglomerados estão mais próximos das diretrizes da Economia Solidária.

Como se observa no Quadro 01, os APLS apresentam como fatores relevantes a especialização de produtos, inter-relação produtiva entre as empresas e organização institucional local. Também estão estruturados sob um ambiente propício à cooperação e demonstram potencial inovativo. São APLs em que a maioria das empresas é de pequeno porte e tem como uma das principais características a mão-de-obra intensiva para a fabricação de seus produtos, embora algumas etapas do processo produtivo sejam mecanizadas. Nesses aglomerados, tanto o nível de escolaridade dos trabalhadores como os salários são baixos.

Buscando alternativas para o desenvolvimento das regiões, o governo brasileiro, além de apoiar iniciativas vinculadas aos pressupostos da ES, ampliou o apoio aos trabalhos dos APLs relacionados aos pressupostos da Economia Criativa nos últimos anos. Em 2013, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (MinC), por meio de uma parceria, publicaram um edital de propostas de planos de desenvolvimento para Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Economia Criativa cujas atividades estivessem relacionadas a alguma das 13 áreas que do MinC classifica como expressivas para a Economia Criativa: 1) arquitetura, 2) publicidade, 3) design, 4) artes e antiguidades, 5) artesanato, 6) moda, 7) cinema e vídeo, 8) televisão, 9) editoração e publicações, 10) artes cênicas, 11) rádio, 12) softwares de lazer e 13) música.

Os APLs da Economia Criativa envolvem atores econômicos, sociais e políticos que demonstram maior aptidão para atividades culturais e criativas, em que o maior capital é a capacidade criativa das pessoas. Também é um ambiente favorável ao surgimento de pequenas empresas, uma vez que essas dependem em maior grau do talento e da criatividade de seus fundadores e funcionários para serem competitivas. Em outras palavras, o sucesso da empresa depende mais do talento das pessoas que a compõem do que da quantidade de capital ou do seu próprio tamanho.

Isso não significa que a criatividade se restringe apenas aos profissionais das áreas integrantes da Economia Criativa ou que os APLs relacionados à Economia Solidária não são criativos. Ao contrário, defende-se que todos os setores possam potencializar a criatividade a seu favor, melhorando sua performance e gerando novos produtos ou serviços.

Dos vinte e dois APLs analisados, percebe-se que os de Software; Instrumentos Médico-Odontológico-Hospitalares; e Instrumentos Médico-Odontológicos existentes no

Paraná, demandam de uma maior qualificação profissional e de tecnologias mais complexas, enquadrando-se nas concepções teóricas da Economia Criativa. Para esses setores, a criatividade, a pesquisa e o perfeito alinhamento com o mercado nacional e internacional podem alavancar o desenvolvimento das localidades. Não se exclui a possibilidade de empreendimentos solidários também serem consolidados nesses APLs, porém, entende-se que existe uma maior dificuldade para o surgimento de empreendimentos solidários com alto grau de tecnologia e desenvolvimento de produtos, como é o caso dos APLs citados.

Os APLs de *Software* possuem como principal matéria-prima o conhecimento e suas atividades estão centradas na microeletrônica e nas tecnologias de informação e comunicação. Portanto, dependem do conhecimento e de pessoas especializadas. Nesse ambiente, a criatividade e capacidade intelectual são os principais fatores para o desenvolvimento de soluções técnicas adequadas a propósitos específicos (SCATOLIN & SAMPAIO, 2004).

O APL de Aparelhos, Instrumentos e Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares da Região Metropolitana de Curitiba possui grande diversidade de produtos oferecidos por micro e pequenas empresas e atende principalmente à demanda do setor público, embora também atenda ao setor privado. O segmento exige um elevado conteúdo tecnológico de seus produtos envolvendo a produção de aparelhos para centros cirúrgicos, equipamentos para fisioterapia e para UTI e equipamentos computadorizados e *softwares* de monitoramento médico-hospitalar. Muitas empresas foram constituídas por ex-representantes comerciais que identificaram deficiência de alguns produtos e transformaram suas ideais em oportunidade de negócios, especializando-se na fabricação de certos produtos e implementando avanços tecnológicos (IPARDES, 2005).

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar de que forma as diretrizes da Economia Solidária e da Economia Criativa podem contribuir para um melhor desempenho da economia local, utilizando como exemplo o caso do Arranjo Produtivo Local (APL).

Atualmente, no Paraná existe um número considerável de APLs distribuídos em suas trinta e nove microrregiões. Tanto a Economia Criativa como a Economia Solidária desempenham importantes papéis no apoio às ações dos APLs existentes no Estado do Paraná. Ambas são importantes instrumentos para alavancar as atividades econômicas das empresas e promoverem o desenvolvimento regional.

Uma maior aproximação da governança do APL e das empresas participantes com as Universidades e Institutos Tecnológicos da região podem contribuir para um melhor desempenho do setor. Essa aproximação pode inclusive gerar novos projetos e acesso aos editais de financiamentos específicos para os APLs de Economia Criativa, conforme citamos no decorrer do trabalho.

Os APLs de *Software*, Aparelhos, Instrumentos e Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares e de Instrumentos Médico-Odontológicos demandam de uma elevada formação profissional de seus atores e da utilização de tecnologias complexas. São setores que dependem de constantes inovações tecnológicas para que possam oferecer produtos e serviços cada vez mais aprimorados e sofisticados aos consumidores. Os APLs analisados têm demonstrado potencial para atender tais demandas, utilizando-se da criatividade e do talento de seus empresários e colaboradores para alavancar a produção e comercialização de seus produtos.

Os APLs de Mandioca e Fécula; Metais Sanitários; Confecções; Equipamentos e Implementos Agrícolas; Madeiras e Esquadrias; Louças e Porcelanas; Móveis; Bonés e Malhas são empreendimentos que demandam de mão-de-obra intensiva e que ainda não conseguem gerar altos níveis salariais. Esses APLs são uma alternativa para geração de trabalho e renda e também contribuem para o desenvolvimento local e regional, principalmente por meio das redes de cooperação. Embora esse grupo esteja mais próximo aos pressupostos da Economia Solidária, isso não significa que não se possa desenvolver ações da Economia Criativa nessas localidades. Da mesma forma, o grupo que foi considerado mais próximo aos conceitos da Economia Criativa também pode desenvolver ações típicas dos pressupostos teóricos da Economia Solidária.

Cabe ressaltar que, as discussões teóricas apresentadas neste estudo representam apenas algumas argumentações relevantes ao objeto deste estudo, sendo necessárias novas pesquisas de caráter aprofundado para uma melhor compreensão das dinâmicas dos APLs do Estado Paraná e da importância dos pressupostos da Economia Solidária e da Economia Criativa para o desenvolvimento das regiões.

5. REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. **Terceirização e mudança organizacional**: o desafio de um novo padrão de relacionamento entre empresas. Anais CLADEA – Administração de Serviços. São Paulo, 1988.

BACELLAR, T. **Economia solidária**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I.2006, Brasília. Anais.

BEZERRA, F. C.; CHACON, S.S.; GONÇALVES, J.S.; BARRETO, P.L.N. **A economia criativa como estratégia para desenvolvimento sustentável**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA. Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ceará-Brasil, 2007.

BRASIL: **ECONOMIA SOLIDÁRIA, OUTRA ECONOMIA ACONTECE**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MET, SENAES, FBS, 2007.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil: Parte I. II. III e IV. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp>. Acesso em: 05 jun. 2010.

CHAVES, D.F. & PINTO, I.M.J. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional**. T&C Amazônia, Ano V, Número 10, fevereiro de 2007.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2005). Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. - Curitiba: IPARDES, 2005. 109 p.

MAYBUK, S.L. SERRANO, T.A.A. **Aspectos relevantes do APL de insumos e equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares de Campo Mourão**. In: IV EPCT Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2009, Campo Mourão. Anais do IV EPCT. Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2009.

MAYBUK, S.L. **A dinâmica do APL de insumos e equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares de Campo Mourão – PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MORIGI, J.B. & SOUZA, A.D. **A importância do arranjo produtivo local (APL) da saúde de Campo Mourão-PR como estratégia de desenvolvimento local/regional e fortalecimento das empresas de pequeno porte**. In: VII EPCT Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2012, Campo Mourão. Anais do VII EPCT. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2012.

MARSHALL, A. **Princípios de economia** – Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PORTER, M. **Competição: Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PROCOPIUCK, M.; FREDER, S. M. **Políticas públicas e fomento à economia criativa**. In: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 1. 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Programa de Planejamento e Governança Pública, 2013.

SANTOS, L.M.L. dos et. al. **Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no BRASIL.** Londrina: UEL, 2010.

SANTOS-DUISEMBERG, E. S. **Economia criativa:** Uma opção de desenvolvimento viável? In: Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento/organização Ana Carla Fonseca Reis. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL – SEIM – Disponível em <http://www.seim.pr.gov.br/>. Acesso em 14/11/2014.

SCATOLIN, F. & SAMPAIO, S. **O arranjo produtivo de software de Curitiba:** nota técnica. Relatório Final. Florianópolis: UFSC/NEITEC, 2004.

SINGER, P. A; SOUZA, A.R. (Orgs.). **Economia solidária no Brasil:** A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Ed. Contexto, 2003. DANIELA FREITAS CHAVES E ILÉIA MARIA DE JESUS PINTO

UNCTAD. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Creative economy: a feasible development option.** Geneva: United Nations, 2010. 392 p. **Creative economy: a feasible development option.** Geneva: United Nations, 2010. 392 p.